

## Em votação apertada, Senado aprova texto-base da MP da Eletrobras

**E**m uma votação apertada, o Senado Federal aprovou nesta quinta-feira (17) medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras. Com 42 votos a favor e 37 contra, o governo, especialmente o ministro Paulo Guedes (Economia), obteve uma vitória no Congresso.

Com apoio de partidos da base do governo, a venda da estatal avança no Congresso, que arrastava essa discussão desde o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB).

Os senadores vão agora analisar os destaques -pedidos de alteração pontuais no projeto. A MP (medida provisória) precisará retornar à Câmara, pois o Senado mudou o

texto que foi aprovado pelos deputados no fim de maio.

Para chegar ao resultado, o relator do texto, Marcos Rogério (DEM-RO) precisou recuar em alguns pontos. Ao todo, o senador apresentou três versões do relatório. Na última delas, ele retirou a exigência de contratação de térmicas movidas a gás natural antes da desestatização; desistiu de prorrogar benefícios a usinas a carvão mineral e incluiu um dispositivo que tira poderes do Ibama e da Funai (Fundação Nacional do Índio) no licenciamento da linha de transmissão de energia Manaus-Boa Vista.

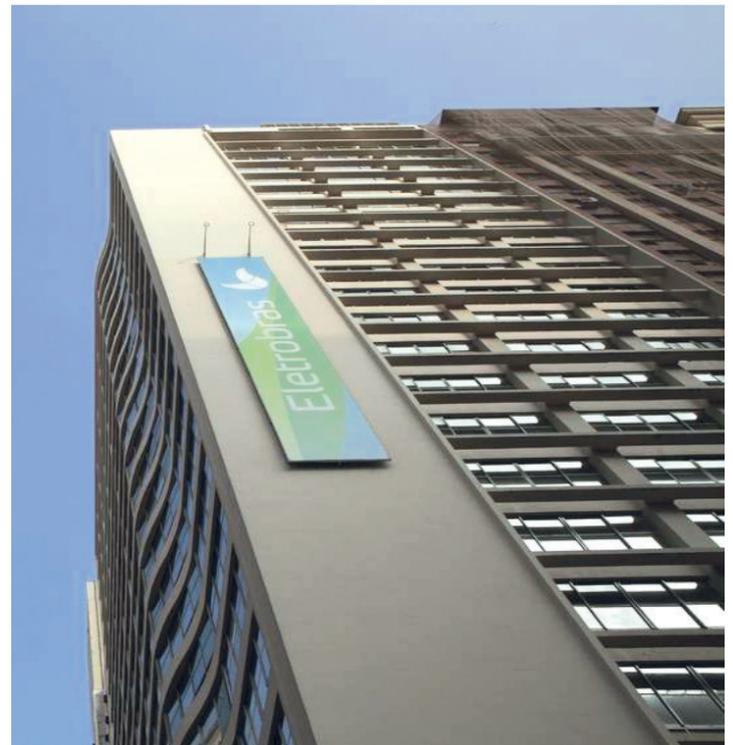
A MP foi enviada pelo presidente Jair Bolsonaro no fim de fevereiro. Foi uma sinalização ao mercado de que

a agenda liberal de Guedes segue de pé. O texto precisa do aval final da Câmara até terça-feira (22) para não perder validade.

De acordo com o texto, a privatização se dará da seguinte forma: haverá um aumento do capital social da Eletrobras pela emissão de ações ordinárias (com direito a voto), de forma a diluir a participação da União na empresa.

Assim, a União, que hoje tem a maioria das ações ordinárias da Eletrobras, passará a ser minoritária, em torno de 45%. A MP permite ainda que a União faça uma oferta secundária de ações, vendendo sua própria participação na empresa.

Thiago Resende/Folhapress



### Economia



**País precisa definir base legal para enfrentar crise hídrica, diz Parente**

Página - 03

**Confiança do empresário do comércio cresce 12,2% em junho, diz CNC**

Página - 03



**Previsão de Safra: cana e laranja sofrem pequenas oscilações, café está na fase de bienalidade negativa, aponta IEA**

Página - 05

**Exportação do agronegócio do Brasil sobe 33,7% em maio e tem recorde histórico**

Página - 05



### Política



**Farmacêutica diz à CPI que aturou 8 vezes mais em 2020 com medicamentos do 'kit Covid'**

Página - 04

## No Mundo

### ONU alerta que seca pode ser “a próxima pandemia”



A escassez de água e a seca devem causar estragos em uma escala que rivalizará com a pandemia de covid-19, e os riscos aumentam rapidamente à medida que as temperaturas globais se elevam, de acordo com a Organização das Nações Unidas.

“A seca está prestes a se tornar a próxima pandemia, e não existe vacina para curá-la”, disse Mami Mizutori, representante especial da ONU para redução de risco de desastres, em uma entrevista coletiva virtual ontem (17).

As secas já desencadearam perdas econômicas de

pelo menos 124 bilhões de dólares e atingiram mais de 1,5 bilhão de pessoas entre 1998 e 2017, segundo um relatório da ONU divulgado nesta quinta-feira.

Mas até estas cifras, alertou, são “muito provavelmente subavaliações grosseiras”.

O aquecimento global intensifica secas no sul da Europa e no oeste da África, disse o relatório da ONU com “alguma confiança”, e o número de vítimas deve “crescer dramaticamente”, a menos que o mundo aja, disse Mizutori.

Cerca de 130 países podem enfrentar um risco maior

de seca neste século, segundo a projeção de emissões altas citada pela ONU.

Outros 23 países sofrerão escassez de água por causa do crescimento populacional, e 38 nações serão afetadas por ambos, disse.

A seca, assim como um vírus, tende a durar muito tempo, ter um alcance geográfico amplo e causar danos em cadeia, disse Mizutori.

“Ela pode afetar indiretamente países que não estão passando por uma seca através da insegurança alimentar e do aumento dos preços de alimentos”, explicou.

Reuters/ABR

### Com 500 agentes, polícia de Hong Kong invade Redação de jornal pró-democracia



Quinhentos policiais de Hong Kong invadiram a Redação do jornal pró-democracia Apple Daily e vasculharam os computadores de repórteres nesta quinta-feira (17), em uma operação que, segundo as autoridades, tratava de esclarecer possíveis violações da controversa lei de segurança nacional da ex-colônia britânica.

Durante a madrugada, a polícia honconguesa prendeu cinco executivos do jornal – o editor-chefe, o diretor-executivo, o diretor operacional, o vice-editor-chefe e o diretor-presidente – e agentes foram vistos mexendo nos computadores da Redação depois de entrarem com um mandato

### Japão anuncia redução de estado de emergência e emissão de passaportes de vacina

O primeiro-ministro do Japão, Yoshihide Suga, anunciou nesta quinta-feira (17) a suspensão do estado de emergência em parte das províncias que estão sob restrições desde abril. Em nove regiões, incluindo Tóquio, a medida que dá poder aos governantes locais para determinar fechamentos, por exemplo, deve expirar a partir do próximo domingo (20).

Sete províncias, no entanto, segundo o premiê, devem permanecer em estado de “quase emergência” até 11 de julho, incluindo a da capital japonesa. Nesse nível de restrições, bares que agora estão proibidos de servirem bebidas alcoólicas poderão voltar a fazê-lo, mas só até as 19h, e restaurantes terão que fechar as portas às 20h.

Em meio a temores de que a Olimpíada, marcada

para começar em 23 de julho, possa desencadear um aumento nos casos de coronavírus, Suga pediu que o público japonês assista aos Jogos de casa, pela televisão.

“O importante é continuar com nossas políticas com um senso de urgência para prevenir a propagação de infecções. Ao mesmo tempo, devemos manter nossos esforços de vacinação para prevenir o colapso do sistema médico”, disse o premiê.

O estado de “quase emergência” em Tóquio deve continuar a limitar o número de espectadores em competições esportivas em até 5.000 pessoas ou 50% da lotação máxima. A regra pode influenciar os organizadores dos Jogos, que, na próxima semana, devem decidir sobre a permissão de torcedores locais durante as competições.

Folhapress



de apreensão de materiais jornalísticos, incluindo telefones e notebooks de repórteres.

A operação é o mais recente revés para o magnata da mídia Jimmy Lai, 73, dono do Apple Daily e um ferrenho crítico de Pequim. Ele teve seus bens congelados pela lei de segurança nacional e, atualmente, cumpre pena de prisão por participar de manifestações contra o regime chinês consideradas ilegais em Hong Kong.

O Apple Daily transmitiu a operação policial ao vivo em sua página no Facebook. As imagens mostraram o momento em que os policiais isolaram o complexo e entraram no edifício.

“Eles chegaram por volta

das 7h, nosso edifício está fechado”, afirma, no vídeo, um jornalista não identificado. “Agora podemos observar que estão levando caixas de material para o caminhão”. Segundo o relato, a polícia estava impedindo os profissionais da Redação de acessarem determinados andares e de usar vários equipamentos.

Em comentários que ressoaram os alertas sobre as restrições à liberdade de imprensa na cidade, o secretário de segurança John Lee descreveu a Redação do jornal como uma “cena de crime” e disse que a operação tinha como alvos aqueles que usavam suas reportagens como “ferramentas para colocar em perigo” a segurança nacional. Folhapress

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## País precisa definir base legal para enfrentar crise hídrica, diz Parente



**R**esponsável pelo comando do comitê que implantou o racionamento de energia em 2001, o engenheiro Pedro Parente considera fundamental que o governo aprove base legal para dar poderes à gestão da crise energética atual.

No fim de maio, Parente foi convidado pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para contar sua experiência e fazer uma avaliação sobre o cenário atual e considera que o ministério tem atuado no sentido correto para enfrentar a crise.

Mas acha que ainda faltam instrumentos jurídicos para suportar a tomada de decisões, “sem necessidade de recorrer à burocracia do governo”, disse em webinar

de lançamento do livro “Curto Circuito - Quando o Brasil quase ficou às escuras”.

“Me parece que falta uma coisa que a gente teve em 2001 desde o início que é uma base legal de suporte a decisões de natureza extraordinária para uma situação de natureza extraordinária”, afirmou.

O governo planeja editar uma medida provisória sobre o tema, mas ainda não há confirmação de como será o texto da MP daria maior autonomia a um comitê responsável por gerir os reservatórios das hidrelétricas.

Em 2001, o governo Fernando Henrique Cardoso editou uma medida provisória criando o CGE (Comitê de Gestão da Crise de Energia),

grupo interministerial que planejou e geriu o programa de racionamento.

A MP dava “superpoderes” a Parente, segundo contam os autores do livro, os jornalistas Roberto Rockmann e Lúcio Mattos. A CGE podia propor o reconhecimento de situação de calamidade pública, remanejar verbas de estatais e interferir no mercado de energia.

“As decisões dessa Câmara teriam que ser terminativas -ou seja, não podia sequer existir a possibilidade de que se tomasse uma decisão de manhã e de tarde fosse necessário ir ao Ministério da Fazenda ou do Planejamento ver se havia orçamento para resolver a questão”, escrevem os jornalistas. Nicola Pamplona/Folhapress

## IBGE: construção voltou a crescer em 2019, após dois anos de queda



**A** Pesquisa Anual da Indústria da Construção (Paic) 2019, divulgada ontem (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que naquele ano o setor totalizou R\$ 288 bilhões, sendo R\$ 273,8 bilhões em obras e serviços de construção e R\$ 14,2 bilhões em incorporações. Desse total, R\$ 127,3 bilhões foram em construção de edifícios, R\$ 92,8 bilhões em obras de infraestrutura e R\$ 67,9 bilhões em serviços especializados.

Em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu 1,4%, o terceiro valor positivo seguido após a retração observada em 2015 e 2016. A construção havia retraído em 2017 e 2018 e voltou a crescer em 2019, al-

**Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**  
CNPJ/ME nº 13.673.855/0001-25 – NIRE 35.300.393.872  
**Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 01 de junho de 2021**  
**Data, Hora e Local:** Em 01/06/2021, às 10h00, na sede social, localizada na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Henry Singer Gonzalez – Presidente e Sr. Benedito Cesar Luciano – Secretário. **Ordem do Dia:** (a) lavrar a ata na forma sumária; (b) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2020; e (c) outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade, foram aprovadas: (a) A lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei 6.404/76; (b) o Balanço Patrimonial, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes, referentes exercício findo em 31/12/2020, publicados no dia 31/03/2021, na página 513/514 do DOE-SP e página 6 do Jornal Data Mercantil. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo-SP, 01/06/2021. Assinaturas: Mesa: Henry Singer Gonzalez – Presidente; Benedito Cesar Luciano – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 276.854/21-4 em 11/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**  
CNPJ/ME nº 13.673.855/0001-25  
**Declaração de Propósito**  
**Julia Gil Gonzalez**, CPF nº 394.106.988-80, **Declara**, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Esclarece** que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. **Banco Central do Brasil**. Departamento de Organização do Sistema Financeiro. Gerência Técnica em São Paulo I – GTSP1. Avenida Paulista 1804 – 5º andar. 01310-922 – São Paulo-SP.

## Confiança do empresário do comércio cresce 12,2% em junho, diz CNC

**O** Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) cresceu 12,2% em junho na comparação com maio. Essa foi a primeira alta do ano e veio depois de cinco quedas consecutivas.

As informações foram divulgadas ontem (17), no Rio de Janeiro, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Na comparação com junho do ano passado, a confiança do empresário avançou 47,6%.

De maio para junho, o

principal aumento foi observado no item condições atuais, que cresceu 19,3%, puxado pela satisfação maior com a situação atual da economia (29,3%). A expectativa em relação ao futuro apresentou alta de 11,6%. Já a intenção de investimentos subiu 8%.

Na comparação com junho de 2020, foram apuradas altas de 71,8% na avaliação sobre as condições atuais (com aumento de 137% na confiança em relação à economia), de 53,9% nas expectativas e de 26,5% nas intenções de investimento.

Victor Abdala/ABR



cançando 1,5%. A criação de empregos no setor também voltou a crescer, após vários anos de queda ou estagnação.

A pesquisa identifica mudanças estruturais na indústria da construção ao longo do tempo, não fazendo relações de causalidade nem análises conjunturais. As variáveis analisadas são empregos e salários, receita, custos e despesas, valor das incorporações e tipos de obra. A série histórica traz a análise de dez anos, de 2010 a 2019.

O IBGE destaca que se em 2010 as obras de infraestrutura respondiam por 44,1% da indústria da construção, em 2019 caíram para 32,2%, passando de primeiro para o segundo lugar em valor total. A construção de edifícios assumiu a primeira posição,

passando de 39,1% em 2010 para 44,2% em 2019. Essa inversão foi verificada em 2012 e se acentuou em 2015, mantendo proporções parecidas desde então. Os serviços especializados para construção vêm numa trajetória crescente, passando de 16,8% em 2010 para 23,6% em 2019.

Segundo a pesquisa, a diminuição da infraestrutura pode ser associada à queda da participação do setor público, que passou de 41,4% em 2010 para 30,3% em 2019, já que o investimento necessário para o setor é muito elevado, assim como a incerteza. Essa mudança reflete também o fim do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o início da modalidade Parcerias Público-Privadas (PPP).

Akemi Nitahara/ABR

## Política

### CPI da Covid pede condução coercitiva e retenção de passaporte de empresário Carlos Wizard



A CPI da Covid do Senado pediu a condução coercitiva e apreensão do passaporte do empresário Carlos Wizard. O depoimento do bilionário estava previsto para esta quinta-feira (17), mas ele não compareceu.

Também estava marcado para esta quinta-feira o depoimento do auditor Alexandre Silva Marques, do Tribunal de Contas da União (TCU), mas a oitiva será remarçada porque a CPI foi encerrada mais cedo devido ao início da sessão deliberativa do Senado, iniciada pela manhã.

Um dos principais alvos da comissão, Carlos Wizard informou à CPI da Covid que está nos Estados Unidos acompanhando o tratamento

médico de um parente e propôs prestar depoimento de forma remota, o que não foi aprovado pelos membros da comissão.

O empresário também foi ao STF (Supremo Tribunal Federal) com pedido para permanecer em silêncio durante a sessão, o que foi concedido pelo ministro Luís Roberto Barroso.

O bilionário é apontado como um dos integrantes do chamado gabinete paralelo, centro de aconselhamento do presidente Jair Bolsonaro na pandemia e que pregava o negacionismo, em particular a defesa da hidroxicloroquina e a recusa à vacina.

Wizard já teve na semana passada seus sigilos telefônicos e telemáticos quebra-

dos pela comissão. A quebra é vista como uma forma de pressão, uma vez que enxergam que o empresário busca obstruir a apuração dos fatos que o envolvem.

As investigações da CPI estão direcionadas aos 14 integrantes do grupo de assessoramento ao presidente para temas ligados à pandemia e com defesa de teses negacionistas.

Por meses, ao largo do Ministério da Saúde, médicos, atuais e ex-assessores palacianos, um empresário bilionário e até um congressista desprezaram a importância da vacina e enalteciam, em sintonia com Bolsonaro, a defesa de medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid.

Julia Chaib/Folhapress

### Bolsonaro pede que supermercados segurem preços da cesta básica

Em almoço com empresários no Rio de Janeiro, nesta quinta-feira (17), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) fez um apelo para que os mercadistas segurem os preços dos itens da cesta básica. A afirmação foi feita pelo senador Flavio Bolsonaro (Patriota), em entrevista a jornalistas após o evento.

Segundo o filho do presidente, Bolsonaro demonstrou preocupação específica com a inflação dos produtos de primeira necessidade. Reconheceu o “grande sacrifício” que os mercadistas já fazem, mas fez um apelo para que reduzam ainda mais a margem de lucro, se houver possibilidade.

O senador afirmou que o governo federal quer prorrogar por alguns meses o auxílio emergencial e ampliar a base do Bolsa Família para cerca de R\$ 270. Também é estudada a mudança de nome

do programa, possivelmente para Alimenta Brasil.

Poucos dias depois de Bolsonaro ter voltado a questionar a comprovação científica da Coronavac, o filho do presidente negou que haja discurso negacionista por parte do governo. Afirmou, ainda, que a aceleração da vacinação permitirá a retomada da economia e das vidas dos brasileiros.

A aceleração do calendário de vacinação foi uma das propostas apresentadas pelos empresários fluminenses ao presidente para retomar a economia do estado.

O grupo que se reuniu com Bolsonaro é formado por empresários de setores da indústria, supermercados, hotelaria, comércio, turismo, serviços, alimentação e eventos. Também esteve no almoço o governador do Rio, Cláudio Castro (PL).

Ana Luiza Albuquerque/Folhapress



### Farmacêutica diz à CPI que faturou 8 vezes mais em 2020 com medicamentos do ‘kit Covid’



A farmacêutica EMS informou à CPI da Covid no Senado que faturou R\$ 142 milhões com medicamentos do “kit Covid” em 2020, valor oito vezes superior ao registrado no ano anterior. Apenas a soma com a venda de ivermectina foi de R\$ 2,2 milhões para R\$ 71,1 milhões na pandemia.

O laboratório também produziu azitromicina, hidroxicloroquina e nitazoxanida, medicamentos ineficazes contra o vírus, mas que se tornaram bandeira do presidente Jair Bolsonaro na crise sanitária.

Em 2020, Bolsonaro pediu para o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, liberar a exportação de insumos

para a fabricação de hidroxicloroquina pela Apsen e EMS. A interferência de Bolsonaro está na mira da comissão.

A EMS também disse que faturou R\$ 20,9 milhões com a venda de hidroxicloroquina em 2020, cerca de 20 vezes mais do que no ano anterior, quando não havia a pandemia.

Em nota enviada à reportagem, a farmacêutica afirmou que sempre vende seus medicamentos para fins previstos em bula, “não tendo comercializado nenhum suposto kit relacionado à Covid”.

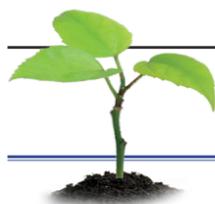
A empresa disse, no mesmo texto, que produz a hidroxicloroquina desde setembro 2019 e que as vendas do primeiro ano não podem ser comparadas ao faturamento de 2020.

“No ano passado, as vendas de hidroxicloroquina representaram 0,2% do faturamento total da empresa e 11,6% do mercado total desse medicamento”, declarou a farmacêutica.

As informações repassadas pela EMS à CPI não detalham em que mês os medicamentos passaram a ser produzidos. A empresa informou à comissão que deve faturar R\$ 31 milhões com a venda de hidroxicloroquina em 2021, ou seja, cerca de R\$ 10 milhões a mais do que no ano anterior.

Os dados enviados à CPI ainda mostram que a EMS produziu cerca de nove vezes mais comprimidos das drogas do “kit Covid” no primeiro ano da pandemia.

Folhapress



## Exportação do agronegócio do Brasil sobe 33,7% em maio e tem recorde histórico



A exportação de produtos do agronegócio do Brasil avançou 33,7% em maio ante o mesmo mês do ano passado, para um recorde de US\$ 13,94 bilhões, com a forte demanda da China impulsionando os embarques brasileiros, informou o Ministério da Agricultura nesta quarta-feira (16).

O maior impulso para a marca em uma série histórica desde 1997 foi o aumento das cotações das commodities, disse o ministério, apontando avanço de 24,6% no índice de preços, enquanto o crescimento do indicador de quantum (quantidade) foi de 7,3%.

Ainda assim, o resultado teve fundamental impulso dos embarques de soja, cujo

volume atingiu um recorde histórico para todos os meses de 16,4 milhões de toneladas em maio, disse o ministério, confirmando dados divulgados mais cedo no mês.

A oleaginosa, cujos embarques dispararam 16% em volume especialmente pela demanda da China, tem sido o principal produto de exportação do país em receitas nos últimos anos.

O ministério citou que a pandemia levou países a ampliarem as compras de commodities agrícolas, com foco na garantia de estoques de alimentos, o que ajuda a explicar os grandes volumes embarcados.

Mas destacou que a forte demanda da China está impulsionando os preços de grãos,

destinados à recomposição e ampliação dos rebanhos suíno e de frango no país asiático.

O complexo soja, que inclui farelo e óleo, além do grão, respondeu por praticamente 60% do valor das exportações do agronegócio no mês passado.

Mas é o grão que responde pelo maior volume. Em maio, a China importou 11,2 milhões de toneladas de soja, equivalente a 68% do total exportado pelo Brasil, ou aumento absoluto de 1,1 milhão de toneladas em relação a maio de 2020, segundo o ministério.

De janeiro a maio, a China importou 38,2 milhões de toneladas de soja, alta de 12,8% na comparação anual, conforme dados do ministério. GI

## Bayer anuncia nova tecnologia de soja transgênica no Brasil

A multinacional Bayer anunciou na sexta-feira (11) sua nova tecnologia In tacta 2 Xtend para semente de soja transgênica, disponível comercialmente para a safra 2021/22, que será plantada a partir de setembro, informou a empresa em nota.

Trata-se da terceira geração de biotecnologia em soja da Bayer e o primeiro lançamento da companhia no país desde a aquisição da Monsanto, em 2018.

A expectativa, na avaliação da companhia, é que haja ampla adoção no mercado para a próxima safra, uma vez que o “produtor brasileiro é adepto a inovações e adota rapidamente novas tecnologias”.

“Em parceria com as principais empresas de sementes, mais de 30 variedades de soja serão posicionadas para as principais regiões sojicultoras do Brasil e estarão disponíveis para todos os produtores licenciados, sendo três delas desenvolvidas exclusivamente para áreas de refúgio.”

Ainda segundo o comunicado, a transgenia proporciona uma proteção mais abrangente contra as principais lagartas que afetam as lavouras da oleaginosa, expandindo seu escopo de defesa contra duas espécies relevantes— a *Helicoverpa armigera* e a *Spodoptera cosmioides*—entre outros benefícios, como tolerância aos herbicidas dicamba e glifosato.

GI



## Previsão de Safra: cana e laranja sofrem pequenas oscilações, café está na fase de bienalidade negativa, aponta IEA



O 2º levantamento das previsões de área e produção de culturas agrícolas no Estado de São Paulo referentes ao ano de 2021, realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), aponta a evolução das principais culturas do Estado obtidos nos 645 municípios paulistas.

No caso das culturas perenes e semiperenes, observa-se pequena retração na área cultivada (-0,1%) e são esperadas quedas na produção (-2,9%), por conta da menor produtividade (-2,8%).

O café, devido a bienalidade de produção e atualmente em situação de baixa, é o responsável pelo desempenho negativo desse grupo, explicam Felipe Camargo, Carlos Fredo, Carlos Roberto Bueno, Celma Baptistella, Denise Caser, José Alberto Angelo, Maximiliano Miura, Paulo Coelho e Vagner Azarias Martins, pesquisadores do IEA.

De acordo com os pesquisadores, os dados ainda preliminares da safra paulista de 2020/21 para a Cana-de-açúcar apontam estabilidade na produção em 437,7 milhões de toneladas. A produção prevista para a presente safra contempla a produção potencial da cana para indústria, que tem como destino a moagem industrial para etanol

e açúcar, destilarias, garapa e afins, inclusive a provável produção advinda de área bisada. Enquanto a estimativa para cana destinada à forragem, ou seja, o consumo animal, mostra aumento na área plantada de 4,9% (63,9 mil ha) e na produção preliminar de 4,5% (3.848,2 mil toneladas), apesar da redução na produtividade da terra de 0,4%.

Os números são preliminares também para a cultura da Laranja. A produção prevista é de 305 milhões de caixas de 40,8 kg (12.461,3 mil toneladas), 3,9% inferior à quantidade obtida em 2019/20 (12.963,2 mil toneladas). Para a presente safra, a situação climática ainda depende dos efeitos do La Niña.

Notícias Agrícolas

# Publicidade Legal

## PRMO II Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 32.959.406/0001-92 – NIRE 35.235.465.991

### 3ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados: **Zatix Tecnologia S.A.**, com sede na Rua Bomard, nº 980, edifício 7, bloco 8, nível 5, blocos 7 e 8, nível 6, Alphaville Empresarial, Barueri-SP, CNPJ nº 03.585.974/0001-72 e NIRE nº 35.300.317.963, por seu Diretor Presidente, Sr. Eduardo Leite Cruz Lacet, RG nº 2371404 SSP/PB, e CPF nº 010.362.674-31 ("Zatix"), única sócia representando a totalidade do capital social da **PRMO II Participações Ltda.**, com sede na Calçada das Margaridas, 163, sala 2, Centro Comercial Alphaville, Barueri-SP, CNPJ nº 32.959.406/0001-92 ("Sociedade"), têm, justo e contratado, alterar o contrato social da Sociedade e tomar as seguintes deliberações, por unanimidade, dispensando-se a ata de reunião de sócios: **1. Transformação da Sociedade.** 1.1. Resolve a sócia transformar, independentemente de dissolução e liquidação, a Sociedade em sociedade anônima, ainda vigorando os direitos e obrigações sociais, o patrimônio, a escrituração comercial e fiscal e inalterados seu objeto e sede social. 1.2. Em razão da aprovação de tal transformação, fica aprovada a alteração da denominação social de "PRMO II Participações Ltda." para "PRMO II Participações S.A." (a "Companhia"), que passará a ser regida pelas disposições da Lei nº 6.404/76 e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como pelo Estatuto Social que constitui o Anexo I deste Instrumento. 1.3. A sócia resolve ainda aprovar o projeto do Estatuto Social da Companhia. 1.4. Em decorrência da transformação em sociedade anônima, o capital social da Companhia no valor de R\$ 8.400.100,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 8.400.100 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, passará a ser representado por 8.400.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a totalidade do capital social detida pela única sócia, tudo conforme lista de conversão que constitui o Anexo II deste Instrumento. **2. Administração.** 2.1. Fica aprovada a criação de uma Diretoria para administrar a Sociedade, a ser composta por 2 Diretores, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. (a) A única acionista elege, neste ato, para ocupar o cargo de Diretor Presidente o Sr. **Eduardo Leite Cruz Lacet**, portador do RG nº 2371404 SSP/PB, e do CPF nº 010.362.674-31 e para ocupar o cargo de Diretor Financeiro, o Sr. **Alexandre Ferreira da Silva**, portador do RG nº 25.024.135-3-SSP/SP, e do CPF/MF 206.105.048-43. 2.2. Os membros da Diretoria ora eleitos tomaram posse nos seus respectivos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria na forma da legislação aplicável, e aceitaram os cargos para os quais foram eleitos, declarando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades, nem condenados ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **3. Não Instalação do Conselho Fiscal.** 3.1. Resolve a acionista não instalar o Conselho Fiscal previsto no Artigo 16 do Estatuto Social ora aprovado. **4. Publicações.** 4.1. Ainda, a acionista decide aprovar a realização das publicações legais da Companhia nos seguintes jornais: Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal Data Mercantil. **5. Remuneração dos Administradores.** 5.1. Por fim, resolvem as acionistas que a fixação da remuneração global anual dos membros eleitos para a administração será realizada em sede de Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **6. Disposições Finais.** 6.1. Dar por efetivamente transformada a Sociedade em sociedade anônima, sob a denominação de "PRMO II Participações S.A.", cumpridas todas as formalidades legais e autorizando os diretores da Companhia à tomada de todas as providências e prática de atos que se fizerem necessários para a implementação da transformação e deliberações ora aprovadas. E, por estar assim justa e contratada, a parte assina este instrumento em 3 vias, de igual teor e forma. Barueri, 31/05/2021. Assinaturas: **Zatix Tecnologia S.A.**, Eduardo Leite Cruz Lacet. **Diretores Eleitos:** Eduardo Leite Cruz Lacet; Alexandre Ferreira da Silva. **Anexo I – Estatuto Social PRMO II Participações S.A. Capítulo I – Denominação, Sede, Duração e Objeto.** Artigo 1º. A PRMO II Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Calçada das Margaridas, 163, sala 2, Centro Comercial Alphaville, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06453-038, podendo, por deliberação da Diretoria, criar, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios e de representação ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Artigo 4º. A Companhia tem por objeto social: (i) a administração de bens próprios ou de terceiros, e (ii) a participação em quaisquer outras sociedades como sócio, acionista ou quotista. **Capítulo II – Capital Social e Ações.** Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.400.100,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 8.400.100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a um voto na Assembleia Geral. § 2º. Na proporção do número de ações que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferên-

cia será exercido dentro do prazo decadal de 30 dias. § 3º. Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada da acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor econômico da Companhia, apurado em avaliação, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo III – Assembleia Geral.** Artigo 7º. A Assembleia Geral dos acionistas terá poderes para decidir sobre todos os negócios da Companhia e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social e/ou a lei o exigirem. § 1º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. § 2º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Artigo 8º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia e neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Artigo 9º. As Assembleias serão dirigidas por uma mesa composta de um Presidente eleito pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá, dentre os presentes, o secretário da Mesa. **Capítulo IV – Administração.** Artigo 10º. A Companhia será administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. § 1º. A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e no máximo 5 membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, todos eles residentes no Brasil. Os membros da Diretoria incluirão um Diretor Presidente, sendo os demais denominados Diretores, podendo ainda ter as designações específicas que lhes forem atribuídas pela Assembleia Geral no momento de sua eleição, conforme sua função e responsabilidades. § 2º. Os membros da Diretoria serão eleitos para o mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 dias subsequentes à sua eleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos. § 3º. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual. Caso a remuneração seja fixada em montante global pela Assembleia Geral, caberá ao Diretor Presidente fixar os montantes individuais. Artigo 11º. A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem, em virtude de convocação escrita de qualquer Diretor, com antecedência mínima de cinco dias, e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum de instalação de metade dos membros eleitos. § Único. Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores que estiverem presentes. Artigo 12º. Compete aos Diretores gerir a Companhia e exercer as atribuições que a Assembleia Geral e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhes a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia, observados os limites fixados por este Estatuto Social, inclusive: (i) conduzir a política geral e de administração da Companhia, conforme determinado pela Assembleia Geral; (ii) executar e coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (iii) elaborar os planos de negócios e os orçamentos da Companhia, anuais e/ou plurianuais, e submetê-los à Assembleia Geral; (iv) executar os planos de negócios e os orçamentos da Companhia, aprovados pela Assembleia Geral; (v) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido de cada exercício social; (vi) determinar o levantamento de balanços semestrais ou intermediários; (vii) elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício social; (viii) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias; (ix) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, hipotecar, empenhar ou de qualquer forma onerar bens móveis ou imóveis e conceder garantias assinando os respectivos termos e contratos; e (x) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, observado o disposto neste Estatuto Social. Artigo 13º. Com as exceções previstas neste Estatuto, qualquer ato ou negócio jurídico que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, será obrigatoriamente assinados: (i) por 2 Diretores agindo em conjunto; (ii) por 1 Diretor agindo em conjunto com um procurador constituído na forma prevista neste Estatuto; ou, ainda, (iii) por 2 procuradores constituídos na forma prevista neste Estatuto. § 1º. A Companhia poderá ser representada isoladamente por 1 Diretor nas seguintes hipóteses: (i) perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas; (ii) firmar correspondências e atos de simples rotina; (iii) endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em favor da Companhia; e (iv) recebimento de citações ou notificações judiciais, bem como para prestar depoimento em juízo, por intermédio de Diretor designado pela Diretoria para tal fim,

sempre que a Companhia for regularmente intimada, sem poder de confessar. § 2º. A Companhia poderá, por 2 de seus Diretores, constituir mandatários, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes *ad judicia*, ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado. § 3º. Excepcionalmente, poderá ainda a Companhia ser individualmente representada por um único Diretor ou mandatário, constituído na forma prevista neste Estatuto, desde que haja autorização escrita da maioria da Diretoria. Artigo 14º. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, a Assembleia Geral elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do substituído. Artigo 15º. É expressamente vedada aos Diretores a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social. **Capítulo V – Conselho Fiscal.** Artigo 16º. A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei. § 1º. O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição. § 2º. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos trinta dias que se seguirem à sua eleição. § 3º. O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno a ser aprovado pela Assembleia Geral que solicitar sua instalação e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. § 4º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, devendo ainda a Companhia reembolsá-los pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções. § 5º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes. **Capítulo VI – Acordos de Acionistas.** Artigo 17º. A Companhia observará os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, cabendo a administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao Presidente das Assembleias Gerais, abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos, bem como tomar as demais providências dos §§ 8º e 9º do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VII – Exercício Social e Destinação de Resultados.** Artigo 18º. O exercício social tem início em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente. Artigo 19º. Do lucro líquido do exercício, 5% serão destinados à reserva legal até que atingidos os limites legais. Do saldo: (a) 25%, serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório; e (b) até 75% poderão ser retidos com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste artigo, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar. § Único. A Companhia poderá pagar dividendos aos acionistas à conta da reserva de investimento acima referida. Artigo 20º. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos estabelecidos pela Assembleia Geral, respeitados os prazos máximos previstos em lei, e, se não reclamados dentro de três anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 21º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, caso a Assembleia Geral opte por declarar dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Artigo 22º. A Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável. § Único. Os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório. Artigo 23º. A Companhia poderá pagar participação nos lucros e/ou resultados a seus empregados e administradores, nos montantes máximos fixados e de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, observados os limites legais. **Capítulo VIII – Dissolução, Liquidação e Transformação.** Artigo 24º. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. § 1º. O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. § 2º. A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento. Artigo 25º. A Companhia poderá transformar seu tipo jurídico mediante deliberação da maioria dos votos na Assembleia Geral. JUCESP – Registrado sob o nº 277.539/21-3 e NIRE 35.300.570.898 em 15/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Mogiana Alimentos S/A.

CNPJ/MF nº 45.710.423/0001-33 – NIRE 35.300.394.623

### Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 26 de abril de 2021

**Data, Hora e Local:** Dia 26/04/2021, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, portanto, realizadas na sede da Companhia, conforme disciplina o Anexo V, Capítulo II, Seção VIII, Item 1 da Instrução Normativa DREI nº 81/2020. **Mesa:** Presidente: Fernando de Mello Mattos Haaland; Secretário: Valmir Caldana. **Presenças:** Acionistas representando quórum legal. Presentes, ainda, (i) Amanda Dias Capucho, Presidente da Companhia; e (ii) Elaine C. Bassanin, Marcelo Mello, Rafaela Oliveira de Castro e Camila Christini representantes da Ernst Young Auditores Independentes. **Convocação:** Dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos Acionistas da Companhia. Balanço Patrimonial publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no "Jornal Data Mercantil", na edição do dia 08/04/2021. **Deliberações da Ordem do Dia:** Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas: **1.** Dispensar da leitura das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Parecer dos auditores Independentes, após as explicações do Senhor Presidente aos acionistas presentes. Após as devidas discussões, esclarecimentos aos questionamentos dos acionistas presentes, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, foram devidamente aprovados; **2.** Considerando que a Companhia mantém na conta de lucros acumulados em 31/12/2019, o importe de R\$ 38.458.401,71; Considerando que a Companhia realizou Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 700.862,73; os acionistas deliberaram destinar o lucro líquido do exercício findo em 31/12/2020, correspondente a R\$ 7.945.023,22, da seguinte forma: (i) constituição da Reserva Legal no valor de R\$ 432.294,30; (ii) distribuir sob a forma de dividendos a quantia de R\$ 2.053.397,92, os quais devem ser pagos aos acionistas na primeira quinzena de maio de 2021, através de depósito bancário em contas correntes próprias, quantia esta que cumpre a previsão estatutária de distribuir um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido a cada um dos acionistas; e (iii) deixar na conta de Reserva de Lucros o saldo remanescente, correspondente a R\$ 44.618.595,44. **3.** Eleger para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2022: (a) **Fernando de Mello Mattos Haaland**, CPF/MF nº 082.762.118-36 e RG sob nº 3.421.820 – SSP/SP para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (b) **Marc Jove Gestí**, portador do passaporte Espanhol nº PAL669432, para exercer o cargo de Secretário do Conselho de Administração da Companhia; (c) **Joan Cornudella Marqués**, passaporte Espanhol nº PAK435072, residente, para exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (d) **Ramón Andreu Ferrando**, passaporte espanhol nº AAJ151170, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (e) **Lia Haaland Valente**, CPF nº 102.241.778-93, e RG sob nº 11.997.528-SSP/SP para exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (f) **Marcos de Mello Mattos Haaland**, CPF nº 108.082.398-05 e RG sob nº 9.436.493 – SSP/SP, para exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. **4.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, declarando expressamente sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **5.** Ratificar os honorários pagos aos membros do Conselho de Administração no exercício de 2020, correspondentes a R\$108.000,00, e aprovaram o montante global a ser pago no exercício de 2021, aos membros do Conselho de Administração, correspondente a aproximadamente R\$ 108.000,00. **6.** Ratificar a remuneração paga aos Diretores estatutários da Companhia em 2020 no valor de R\$ 1.975.304,43, e aprovaram o montante global a ser pago no exercício de 2021, correspondente a aproximadamente R\$ 2.985.000,00. **7.** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas. Declara-se para os devidos fins de direito, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, que as Assembleias Gerais foram realizadas sob a forma exclusivamente digital, por sistema eletrônico de vídeo conferência, dotado de segurança, transparência e confiabilidade, o qual permitiu a participação e votação dos acionistas à distância, tendo o conclave sido gravado integralmente, cujo mídia ficará arquivada na sede da Companhia. Os Senhores Presidente e Secretário das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, certificam que a totalidade dos acionistas da Companhia estiveram presentes até o encerramento do conclave Digital, e cumprindo disposição dos §§ 1º e 2º do Artigo 10 da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, assinam a presente ata e consolidam em único documento a lista de Presença dos Acionistas da Companhia. Os documentos e propostas submetidos à assembleia pelos Senhores acionistas foram autenticados pela mesa e ficam arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Campinas, 26/04/2021. Assinaturas: **Mesa:** a) Fernando de Mello Mattos Haaland, Presidente; a) Valmir Caldana, Secretário. **Lista de Presença dos Acionistas:** 1 - Affinity Petcare Brasil Participações Ltda, p. Cristiane Locatelli Todeschini; 2 - Paraguassu Participações S/A, p. Fernando de Mello Mattos Haaland e Lia Haaland Valente. **Presenças Extraordinárias:** Amanda Dias Capucho – Presidente da Companhia; Elaine C. Bassanin, Marcelo Mello, Rafaela Oliveira de Castro e Camila Christini – Representantes da Ernst Young Auditores Independentes. JUCESP – Registrado sob o nº 265.597/21-3 em 07/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Real se fortalece com BC subindo juros e dólar cai a R\$ 5,02



O aceno do Banco Central para a chance de elevar os juros em ritmo mais intenso em agosto ajudou o real a ter o melhor desempenho no mercado internacional nesta quinta-feira, com relatos de ingressos de capital externo no País. O dólar testou os maiores níveis em dois meses ante moedas rivais, mas operou em queda durante todo o dia no Brasil, se aproximando novamente dos R\$ 5,00.

O ritmo de baixa da moeda americana se reduziu um pouco nos negócios da tarde, na medida em que outros mercados pioravam, e o Ibovespa recuou a 127 mil pontos, mas a divisa ainda seguiu distantes das máximas do dia. No mercado externo, predominau a cautela após a maio-

ria dos dirigentes do Federal Reserve sinalizar que altas de juros podem ocorrer a partir de 2023.

No fechamento, após cair para a mínima de R\$ 5,0090 no começo da tarde, o dólar terminou o dia em baixa de 0,74%, a R\$ 5,0225. No mercado futuro, o dólar para julho cedia 0,72% às 17h40, a R\$ 5,0235.

O comunicado mais duro, ou hawkish, do Banco Central pode levar o dólar a cair abaixo de R\$ 5,00, avaliam participantes do mercado. Mas a dúvida é se o movimento vai durar ou será de curto prazo.

Para o economista-chefe da JF Trust Gestão de Recursos, Eduardo Velho, o BC mais firme na elevação de juros favorece o dólar abaixo de R\$ 5,00, mas a dinâmica

de alta no exterior pode limitar esse movimento, na medida em que o Fed também passou a adotar um tom mais duro na sinalização de sua estratégia, o que pode desacelerar o fluxo de recursos para economias emergentes.

No mercado internacional, o dólar teve o dia de maior alta desde 20 de março, chegando ao maior valor ante o euro desde meados de abril, ressalta o analista sênior de mercados do Western Union, Joe Manimbo. A moeda americana subiu ao maior nível em seis semanas ante a libra e o dólar canadense, na medida em que os dirigentes do Fed sinalizaram antecipação da alta de juros, em meio à preocupação de que a inflação alta nos EUA pode demorar mais tempo para se dissipar. IstoÉDinheiro

Coroa (Suécia) - 0,5899  
Dólar (EUA) - 5,0359  
Franco (Suíça) - 5,4905  
Iene (Japão) - 0,04566  
Libra (Inglaterra) - 7,0085  
Peso (Argentina) - 0,05282

Peso (Chile) - 0,006829  
Peso (México) - 0,2463  
Peso (Uruguai) - 0,1153  
Yuan (China) - 0,7810  
Rublo (Rússia) - 0,06955  
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,9993

**ITOCHU Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 61.274.155/0001-00 – NIRE 35.300.014.723

**Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021**

**Data e Local:** Em 11 de maio de 2021, às 11:00 horas, em sua sede social, na Avenida Paulista, nº 37, 19º andar, na Capital do Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **Mesa Diretora:** Presidente da Mesa: Hiroshi Akiba; Secretário da Mesa: Katsuhiko Kimura. **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (01)** Exame, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2020; **(02)** Destinação do lucro líquido do exercício; **(03)** Fixação da remuneração da Diretoria; **Em Assembleia Geral Extraordinária: (01)** Destituição do Sr. Tokuhiko Fujita do cargo de Diretor Superintendente de Divisão, dos Srs. Takahide Maezawa, Tahei Gondooh, Hiroki Yamanaka, Ryugo Yamazaki e Makoto Oishi dos cargos de Diretores Gerente; **(02)** Nomeação do Sr. Daisuke Hori para o cargo de Diretor Gerente; e **(03)** outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações:** Foram aprovados por unanimidade de votos de todos os acionistas, com exceção dos legalmente impedidos: **Em Assembleia Geral Ordinária: (01)** O Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, publicado nos jornais Diário Oficial do Estado em 28/04/2021 e Data Mercantil em 28/04/2021; **(02)** O lucro líquido apurado no exercício foi de R\$ 9.914.740,73 (Nove milhões, novecentos e quatorze mil, setecentos e quarenta reais e setenta e três centavos), esse saldo permanecerá à disposição da Assembleia Geral dos acionistas na conta de Reserva de retenção de lucros para futuras deliberações; **(03)** A fixação da remuneração da Diretoria no montante mensal e global de R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais). **Em Assembleia Geral Extraordinária: (01)** A destituição dos Srs. Tokuhiko Fujita do cargo de Diretor Superintendente de Divisão a partir de 30/04/2021 em virtude de seu retorno ao Japão permanecendo vago este cargo, até futura nomeação, a destituição dos Srs. Takahide Maezawa do cargo de Diretor Gerente a partir de 01/04/2021, Tahei Gondooh do cargo de Diretor Gerente a partir de 08/04/2021, Hiroki Yamanaka do cargo de Diretor Gerente a partir de 09/04/2021, Ryugo Yamazaki do cargo de Diretor Gerente a partir de 10/04/2021 todos em virtude de seus retornos para o Japão, permanecendo vagos estes cargos, até futura nomeação, e a destituição do Sr. Makoto Oishi do cargo de Diretor Gerente a partir de 02/04/2021; **(02)** em substituição à destituição do Sr. Makoto Oishi, a nomeação do Sr. Daisuke Hori, japonês, casado, do comércio, portador da cédula de identidade para estrangeiro RNM nº V283.486-U, inscrito no CPF/MF sob nº 055.677.247-48, domiciliado na cidade de São Paulo-SP na Av. Paulista, 37, 19º andar, Paraíso, CEP 01311-902, a partir de 30 de abril de 2021, para exercer o cargo de Diretor Gerente; **(03)** O mandato do novo Diretor aqui nomeado terminará junto com o mandato dos demais diretores já nomeados, ou seja, 30/04/2022. O nomeado, através da presente ata, declara expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração da sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, nos termos do artigo 153 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 11 de maio de 2021. Presidente da Mesa – Hiroshi Akiba e Secretário da Mesa – Katsuhiko Kimura. (Ass.) Itochu Corporation – Pp. Hiroshi Akiba; e Hiroshi Akiba. A presente é cópia fiel do original. São Paulo, 11 de maio de 2021. Hiroshi Akiba – Presidente da Mesa; Katsuhiko Kimura – Secretário da Mesa. JUCESP – Registrado sob o nº 264.962/21-7 em 03/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**REC Dom Pedro S.A.**

CNPJ/ME nº 09.070.482/0001-20 – NIRE 35.300.346.807

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de junho de 2021**

**1. Data, Hora e Local:** Em 15/06/2021, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edifício Pedro Mariz – Birmann 31, Itaim Bibi, São Paulo-SP. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei 6.404 de 15/12/1976 (“Lei 6.404/76”), face à presença de acionistas representando 100% do capital social da Companhia. **3. Composição da Mesa: (i) Presidente:** Dani Ajbeszyc; e **(ii) Secretário:** Rômulo Otoni Andrade. **4. Deliberações:** Os presentes aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, as deliberações abaixo: **4.1.** Cancelamento parcial do aumento de capital social suscitado e não integralizado da Companhia, aprovado pelos acionistas em 24/11/2020, conforme ata de AGE arquivada na JUCESP em 08/12/2020 sob o nº 528.525/20-7, tendo passado o capital social, naquela data, de R\$ 265.048.540,00, representado por 265.048.540 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 265.049.540,00, representado por 294.290.747 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, um aumento, portanto, de R\$ 1.000,00 à conta do capital social e R\$ 29.241.207,46 para a reserva de capital da Companhia. Do referido aumento, não foi integralizado o valor de R\$ 24.723.548,00 sendo R\$ 1.000,00 da conta do capital social e R\$ 24.722.548,00 da reserva de capital, correspondentes a aproximadamente 22.266.976 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de titularidade do acionista GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, ora canceladas. **4.2.** Com a deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 265.049.540,00, representado por 294.290.747 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 242.782.564,00, representado por 272.023.771 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o *caput* do Artigo 5º do estatuto social da Companhia a vigor com a seguinte redação: **Artigo 5. O capital social da Companhia é de R\$ 242.782.564,00, representado por 272.023.771 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.** **4.3.** Consolidação do estatuto social da Companhia, que passa a vigor com a redação constante do Anexo I a esta ata. **4.4.** Autorização para redução de capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação a seu objeto social, nos termos do *caput* do artigo 173 da Lei 6.404/76, no montante de até R\$ 10.000.000,00, com o consequente cancelamento de até 9.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de forma proporcional à participação dos acionistas na Companhia, passando o capital social da Companhia para, no mínimo, R\$ 232.782.564,00, representado por até 263.023.771 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O acionista Sul Real I Participações Ltda. renunciou ao seu direito de participar da redução de capital social. A proposta de redução aqui contida só se tornará efetiva (a) após o decurso do prazo de 60 dias contado da data da publicação da presente ata, durante o qual eventuais credores quirografários com título constituído até antes da publicação da ata poderão opor-se à proposta de redução de capital ora autorizada, na forma do § 1º do artigo 174 da Lei nº 6.404/76; e (b) mediante a realização de AGE da Companhia, na qual será determinado o montante em reais do capital social a ser efetivamente reduzido, bem como a quantidade de ações a serem canceladas. **5. Encerramento:** A presente ata foi lavrada na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76, lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. A presente ata foi lavrada e assinada de forma digital. Foram impressas duplicatas físicas da ata, sendo uma mantida no livro de atas de assembleias gerais de acionistas e as demais enviadas ao registro de comércio, para os fins legais. São Paulo, 15/06/2021. Assinaturas: Mesa: Dani Ajbeszyc – Presidente; Rômulo Otoni Andrade – Secretário. Acionistas: GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Dani Ajbeszyc; Rômulo Otoni Andrade); Sul Real I Participações Ltda. (p. Dani Ajbeszyc; Rômulo Otoni Andrade).

**DÓLAR**

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,0353 / R\$ 5,0359 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0220 / R\$ 5,0240 \*

Turismo - R\$ 5,0600 /

R\$ 5,2030

(\*) cotação média do mercado

(\*\*) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: -0,71%

OURO BM&amp;F

R\$ 284,000

**BOLSAS**

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,93%

Pontos: 128.057

Volume financeiro:

R\$ 34,663 bilhões

Maiores altas: Banco

Inter UNT (5,35%), Mag-

azine Luiza ON (4,92%),

Locaweb ON (4,79%)

Maiores baixas: Braskem

PN (-5,38%), Companhia

Siderúrgica Nacional ON

(-4,95%), PetroRio ON

(-4,54%)

S&amp;P 500 (Nova York):

-0,04%

Dow Jones (Nova York):

-0,62%

Nasdaq (Nova York):

0,87%

CAC 40 (Paris): 0,20%

Dax 30 (Frankfurt):

0,11%

Financial 100 (Londres):

-0,44%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,93%

Hang Seng (Hong Kong):

0,43%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,21%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,42%

Merval (Buenos Aires):

-1,68%

IPC (México): -0,74%

## Petróleo fecha em baixa, após altas seguidas, pressionado por dólar fortalecido



Os contratos futuros de petróleo fecharam em baixa nesta quinta, 17, em sessão fortemente influenciada pela alta do dólar ante outras divisas, que seguiu a decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed). Na ocasião, a maioria dos dirigentes indicou uma alta de juros nos Estados Unidos em 2023, o que valorizou a moeda local, e tornou a commodity, cotada em dólar, mais cara para detentores de outras divisas. O recuo vem ainda depois de uma série de altas que haviam levado o barril aos maiores preços em anos.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do petróleo WTI com entrega prevista para julho fechou em baixa de 1,54% (-US\$ 1,11),

a US\$ 71,04. Já o Brent para agosto teve queda de 1,76% (-US\$ 1,31), a US\$ 73,08 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

Uma das grandes preocupações na economia dos EUA, e parte do embasamento para a decisão dos Fed, a alta dos preços afetou fortemente o petróleo, que observou uma forte retomada da demanda sem um aumento da mesma velocidade da produção. Neste cenário, “os preços não estão totalmente protegidos da inflação, e US\$ 75 por barril certamente está muito acima do custo do fornecimento marginal, de modo que a preocupação com a inflação é válida”, avalia a Rystad Energy, ao lembrar que o Brent registrou uma alta de 45% desde dezembro. *IstoÉDinheiro*

## Ajuste após Copom e Fed prevalece e Ibovespa tem 3ª queda

O principal índice da bolsa paulista fechou no vermelho nesta quinta-feira, com sinalização de maior aperto monetário no Brasil e nos Estados Unidos esticando uma correção após as ações domésticas terem flertado com máximas históricas recentes. Pressionado por ações de empresas ligadas a commodities, como das cadeias de metais e de petróleo, o Ibovespa caiu 0,93%, aos 128.057,22 pontos, na terceira baixa seguida. O giro financeiro da sessão somou 34,5 bilhões de reais.

Em relatórios, casas de análise de investimentos apontavam que o movimento mais negativo refletia sinais de autoridades monetárias de Brasil e Estados Unidos, que

embora tenham confirmado previsões de política monetária na véspera, ambas indicaram aperto maior ou mais próximo do que se esperava.

Além disso, medidas adotadas pela China para conter uma escalada de preços pesou forte sobre os preços de algumas commodities metálicas, afirmou Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora.

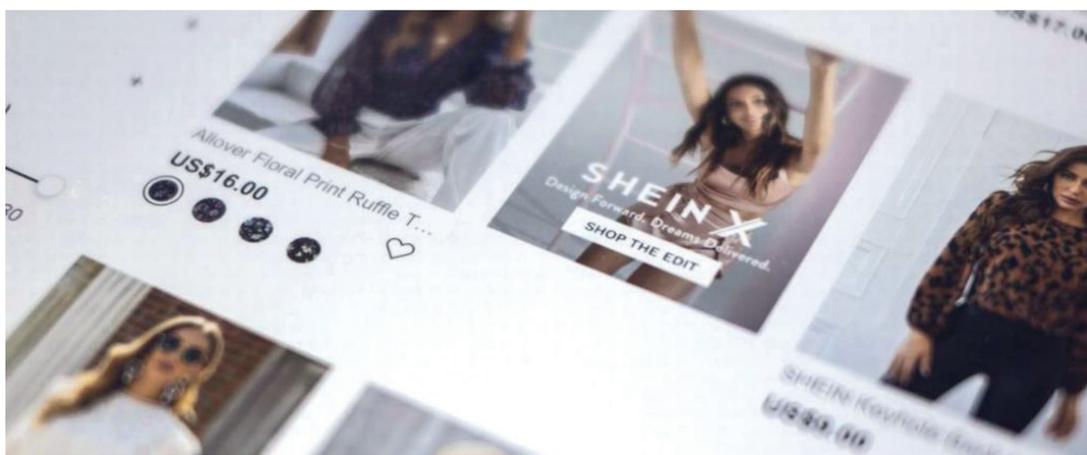
Esse ambiente concorreu para um ajuste também nas cotações do petróleo, que vinham de máximas em três anos após cinco altas consecutivas.

Não por acaso, gigantes brasileiras ligadas a esses setores, como Vale e Petrobras, foram ladeira abaixo, puxando consigo os respectivos setores de siderurgia e a cadeia petroquímica. *IstoÉDinheiro*



## Negócios

### Como a guerra comercial de Trump fez da chinesa Shein uma gigante da moda, com vendas de US\$ 10 bi na internet



Depois de 152 dias seguidos como aplicativo de compras mais baixado em dispositivos nos EUA, a Amazon foi desbancada há algumas semanas pela chinesa Shein, uma marca novata de apenas sete anos de existência, e da qual a maior parte dos americanos – e brasileiros – com mais de 30 anos de idade jamais ouviu falar.

Como acontece na maior parte dos fenômenos on-line, as crianças e adolescentes da Geração Z impulsionaram a ascensão da Shein. Mas não só eles. A receita de sucesso da varejista chinesa, porém, contou com um ingrediente inusitado: a guerra comercial de Donald Trump. E isso no contexto de uma demanda exponencial por

compras online na pandemia.

É claro que o catálogo interminável e constantemente atualizado de camisetas cropped, vestidos estampados, shorts do tipo running e toda sorte de figurino típico dos jovens, a preços que cabem até na mesada mais módica, cumpre o seu papel.

Numa quinta-feira recente, o aplicativo estreou nada menos do que 6.239 itens, entre eles um top floral que custava US\$ 5 (cerca de R\$ 25), um pijama com estampas de dinossauro a US\$ 10 (R\$ 50) ou um sofisticado vestido de festa a US\$ 22 (R\$ 110).

Praticamente qualquer coisa que você sonhar a um preço que você pode pagar. É uma estratégia que fissa os adolescentes ávidos por liberdade de escolha em meio

a crescentes restrições financeiras.

Depois de ver suas vendas dobrarem em 2019, a empresa mais do que triplicou seu faturamento em 2020 e se tornou a líder global em moda na web, segundo dados do mais recente relatório da Euromonitor.

Segundo executivos do setor, a Shein teve vendas totais de US\$ 10 bilhões em 2020 – bem à frente do volume gerado pelas operações online da Zara, segunda no ranking.

A empresa mantém sob sigilo seus números e faz questão de não expor claramente, em seu site, qual é sua origem. Mas os investidores globais já descobriram seu potencial. Grandes fundos como IDG e Sequoia fizeram aportes na marca. O Globo

### A estratégia de megastores da Hering: 'big & beautiful'



As vendas das megastores da Hering no segundo trimestre estão 120% acima dos níveis de 2019 — aumentando a fé da companhia em seu turnaround no momento em que ela se prepara para a fusão com o Grupo Soma.

A taxa de crescimento das megastores — revelada ao Brazil Journal pelo CEO Thiago Hering — é uma aceleração em relação ao crescimento de 80% nas vendas das megastores que a Hering reportou no primeiro tri.

As megastores vão ajudar a margem da companhia: o custo em valores absolutos de uma megastore é basicamente o mesmo de uma loja tradicional, mas a receita é mais que o dobro.

### GM aumenta a aposta em veículos autônomos e elétricos

Na estrada aberta pela Tesla, de Elon Musk, hoje a montadora mais valiosa do mundo, com um valor de mercado de US\$ 575 bilhões, a corrida dos carros elétricos e autônomos atrai cada vez mais investimentos e concorrentes.

Uma das gigantes tradicionais da indústria automotiva, a General Motors (GM) é o nome mais recente a engrossar esse movimento. A empresa anunciou nesta quarta-feira que está ampliando os seus investimentos destinados a essas categorias em 75%, para US\$ 35 bilhões, a serem aplicados até 2025.

O aumento se refere ao compromisso anunciado em março de 2020, de investir US\$ 20 bilhões nessas frentes e nesse prazo. O montante incluía capital, despesas de engenharia e outros custos de desenvolvimento. Já em novembro do ano passado, a empresa ampliou essa

cifra para US\$ 27 bilhões.

“Estamos investindo agressivamente em um plano abrangente e altamente integrado para garantir que a GM lidere em todos os aspectos da transformação para um futuro mais sustentável”, afirmou, em nota, Mary Barra, CEO da GM. A executiva acrescentou:

“A GM tem como meta vendas globais anuais de veículos elétricos de mais de 1 milhão de unidades até 2025”, disse. “Estamos aumentando nosso investimento para escalar mais rápido, porque vemos o ímpeto crescendo nos Estados Unidos para a eletrificação, junto com a demanda dos clientes por nosso portfólio.”

Segundo a empresa, que começou a investir nessas categorias há cerca de quatro anos, essa forte demanda está relacionada a modelos como a picape GMC Hummer EV; o Hummer EV SUV; ao Cadillac Lyric; e a picape Silverado. Neofeod



“Além do volume maior e da receita, essas lojas oferecem a melhor tradução da nova experiência da marca,” disse Thiago.

No início deste mês, a Hering abriu sua mais nova megastore no Morumbi Shopping, com 522 m². Na entrada, um telão do piso ao teto. Dentro, um visual merchandising que sugere ao cliente como as peças da coleção podem compor looks para diferentes ocasiões.

E a Hering, que mais de 10 anos atrás só sabia fazer camisetas, agora está usando as megastores para jogar o holofote sobre suas linhas feminina, infantil e de roupa íntima — uma ampliação de portfólio que agora nitidamente ganhou foco.

Com este novo mix, serviços agregados e um ambiente convidativo, o cliente está ficando mais tempo na loja, gerando um tíquete médio 25% maior que o das lojas tradicionais e um NPS cinco pontos acima da média da rede — o que no varejo parece ser muita coisa.

A Hering está aproveitando o recuo de marcas como Forever 21, Saraiva, Luigi Bertolli e Siberian Husky para abrir as novas lojas — um sinal de que a destruição criativa está mudando a geografia dos shoppings.

A empresa espera encerrar o ano com 30 megalojas — 10 já estão em operação, 10 em implementação, e outras 10 na fase de planejamento. Brazil Journal